

Economistas sugerem liberalização mais ampla

CECÍLIA COSTA

O economista Paulo Guedes, diretor do Banco Pactual, acha que o Governo, para estimular a repatriação de dólares — potencialmente de US\$ 40 bilhões — deveria, em vez de ter permitido que residentes no país comprassem títulos da dívida externa, ter autorizado a compra no exterior mesmo e a posterior internalização do título.

— Esse é que seria o ovo de Colombo: deixar que brasileiros com dólares lá fora comprassem o título e o trouxessem — diz.

Para Guedes, assim toda a dí-

vida externa privada seria comprada por brasileiros e estes, por sua vez, adquiririam o direito de participar da privatização.

— Com isso, trocaríamos, por exemplo, a Vale pela dívida externa — observa.

Para o ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, o Governo deveria permitir “a internalização da dívida externa e a externalização da interna”. Em outras palavras, o Governo deveria autorizar não só a compra de títulos da dívida por brasileiros, residentes no país, mas também a compra de títulos de dívida interna por estrangeiros. Para ele, o problema do Brasil

não é o tamanho da dívida pública, mas sim como financiá-la.

Somando-se a dívida interna e a externa, chega-se a US\$ 150 bilhões, correspondentes a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No acordo de Maastricht, por exemplo, existe uma regra segundo a qual a dívida pública líquida dos países da Comunidade Européia não pode ultrapassar os 60% do PIB, mesmo patamar dos EUA mas o dobro do nível brasileiro.

Diretor da EPGE da FGV, Carlos Ivan Simonsen acredita que os novos fundos têm o interesse prejudicado pelo mínimo de 60% para a compra de títulos da divi-

da brasileira. Ele argumenta que o mercado secundário de títulos já antecipou os ganhos de rentabilidade dos papéis brasileiros com a estabilização.

— Os IDUs, títulos anteriores ao acordo, já superam 80% do valor de face — explica.

Jeffrey Langlands, do Banco Bozano, Simonsen, se mostra mais otimista, argumentando que fundos de títulos da dívida de países emergentes fazem sucesso nos EUA. Ele pondera, entretanto, que a imposição de restrições à presença dos fundos de pensão prejudicaria os novos fundos. (colaborou Cezar Facioli)